190

ZERO HORA - 04/06/83

Guerra entre os Caingangues

Prefeitos e delegado da Funai oficializam pedido de intervenção em Miraguaí

Se há ponto em que os prefeitos de tenente Portela, Redentora e Miraguaí, reunidos em Porto Alegre para apresentarem soluções aos sucessivos conflitos da Reserva da Guarita, concordam é quando pedem a intervenção na área. E, como eles, ao que parece, pensa também o delegado regional da Funai, Severino de Toni, que no final da tarde de ontem, enviou um documento à presidência do órgão em Brasília, solicitando a imediata intervenção na Reserva.

Unanimidade. Isto é o que parece faltar não só para os índios da Reserva da Guarita, em conflito desde o último dia 2, mas fundamentalmente para os prefeitos de Tenente Portela, Redentora e Miraguai que se reuniram em Porto Alegre, ontem, na tentativa de elaborarem um documento apresentando soluções para os impasses da área indígena. Enquanto todos concordaram com a necessidade de desarmamento dos habitantes da reserva, introduzindo-se, em contrapartida, um policiamento sistemático, uma lavoura comunitária e uma intervenção, que alegam, deve durar até os ânimos se apaziguarem, a questão do arrendamento dessas terras dividiu opiniões. Ao propor a retirada dos colonos brancos da reserva, o prefeito de Tenente Portela, Lucio Motta, é o único, entre seus companheiros, a defender a utilização da Guarita apenas pelos índios. Já Jorge Polornick dos Santos, prefeito de Miraguaí e Celso Kunz, assessor do prefeito José Murilo Cessentin, de Redentora — uma indisposição o impediu de comparecer — clamam pela institucionalização dos arrendamentos.

Por culpa da divergência, o governador Jair Soares e a representação da Funai em Porto Alegre não receberão um documento, mas dois, a respeito de um problema que, embora atingindo Tenente Portela, Redentora e Miraguai diretamente, pode ser alvo, como está sendo agora, de duas espécies de interpretações. Na verdade, a intervenção na área, o reforço do policiamento que, em tempos de normalidade, fica a cargo da Polícia Federal lotada em Santo Ângelo, a mais de 200 quilômetros da Reserva, e o desarmamento dos índios, são propostas comuns aos dois textos.

Nelas ainda há sugestão de que sejam criadas lavouras comunitárias. Para o prefeito de Tenente Portela, a idéia só terá sucesso se os índios passarem a receber assistência de técnicos agrícolas e agrônomos. "Chegou a hora do índio trabalhar na terra, porque não há mais caça, não há mais raízes e os peixes vivem em rios poluídos", sustenta Motta, alegando que somente assim os moradores da Guarita conseguirão sobreviver.

Apoiando essa sugestão, o prefeito de Miraguai e o representante da prefeitura de Redentora, entretanto, têm outra visão da lavoura comunitária. Crêem que ela é perfeitamente compatível com a institucionalização do arrendamento de terras aos brancos, como se fosse possível, contrapõe Motta "os índios terem interesse em trabalhar duro na agricultura, se podem ganhar dinheiro fácil" arrendando boa parte da Guarita aos colonos das redondezas.

"PENSAR MAIS NO ÍNDIO"

Jorge Polornick dos Santos elaborou interessantes sugestões para aquilo que ele define "como salvar a Reserva da Guarita". Além de propor a inclusão das escolas indígenas no magistério estadual, de clamar por saneamento e água potável para os dois postos da Funai ali instalados, defende sobremaneira o pequeno agricultor, que arrenda terras aos índios. Ele quer a institucionalização do arrendamento porque, alega, "atualmente, os colonos fazem acordo de um ano com os índios e não podem tirar financiamento bancário", posto que o negócio é considerado ilegal. Mesmo que o Estatuto do Índio tenha que ser alterado, ele deseja a oficialização de uma antiga prática entre os brancos da redondeza e índios da Guarita, mas ressalta: "A Funai concentraria a renda fornecida pelos arrendamentos e a distribuiria entre a população indígena".

Para isso, no entanto, propõe a substituição dos dois funcionários "sem autonomia" da Funai na área, por "funcionários com autonomia". Esses canalizariam os lucros aos próprios índios que, alerta, "só arrendariam a terra que não estivesse sendo aproveitada pela lavoura comunitária".

Preocupado com a cada vez maior migração dos índios, principalmente do sexo feminino que, a cada conflito, buscam o abrigo da periferia de Tenente Portela, o prefeito desse município não acredita na força das sugestões de Polornick quando estas se referem à utilização da Guarita pelos brancos. Para Motta, acusado de pensar mais no índio que no colono na reunião, e segundo o qual "a Reserva chegou à atual situação por causa da ganância produzida em cima do dinheiro dos arrendamentos", a Funai, por sua vez, "não tem força para acabar com a atual crise e sequer tem uma viatura na área". Como, então, teria condições de contemporizar índios e brancos — sempre divergentes — num espaço pertencente aos primeiros?

Feridos passam bem

Estão fora de perigo os três índios feridos durante o conflito entre os Caingangues ocorrido na reserva da Guarita na última quinta-feira e que foram levados para Santo Ângelo. O estado mais grave era do índio Arnesto Forgue, da reserva São João do Irapuá, que foi levado em estado de coma para o hospital Santo Ângelo, na sexta-feira. Mas, ontem, Arnesto começou a melhorar e os médicos que o atendem disseram que ele não corre mais risco de vida.

A maioria dos outros 11 índios feridos durante o combate das duas facções da tribo dos Caingangues, uma comandada pelo cacique Domingos Ribeiro, da Guarita, e a outra por Ivo Sales, o cacique derrotado da toldo São João Irapuá, já receberam alta, ontem, dos hospitais para onde foram levados, em Três Passos e Tenente Portela. Mas, apesar de terem recebido alta, permaneciam até ontem nos hospitais, à espera de que fossem buscados, já que ainda não têm condições de pegarem ônibus para voltarem para a reserva.

Celso Kunz (em pé), da Prefeitura de Redentora, Jorge Polornick e Lucio Motta vieram à capital para redigir um documento, acabaram fazendo dois

O conflito, em debate amanhã na Assembléia

Uma nota em que analisa o problema dos conflitos indígenas na área da Guarita e pede medidas urgentes da Funai e das autoridades para acabar de vez com os arrendamentos das terras da reserva foi emitida ontem pela presidência da Assembléia Legislativa. O deputado Antenor Ferrari, que assina a nota, está convocando representantes de vários segmentos da sociedade para uma reunião amanhã, no Plenarinho, para debater as formas de atuação em defesa do índio.

Esta é, na íntegra a nota da Assembléia:

"Face a gravidade dos conflitos existentes na Reserva Indígena da Guarita, provocados intencionalmente por grupos econômicos dos municípios confrontantes, interessados em se locupletarem com a exploração das terras e da madeira, urge que os órgãos governamentais competentes assumam uma posição firme e enérgica.

A Funai deve agir em conformidade com a legislação em vigor, particularmente o artigo 198 da Constituição Federal e artigo 62 da Lei 6.001/73, que asseguram aos índios a posse exclusiva de suas terras, fulminando de nulidade qualquer tipo de ocupação por não-índio, por qualquer pretexto. Isto implica que se acabe de uma vez por todas com a prática dos arrendamentos, inclusive mediante colaboração das Forças Armadas Auxiliares e da Polícia Federal, (artigo 34, da lei 6.001), devolvendo à comunidade indígena o usufruto pleno das suas terras e contribuindo com recursos materiais e humanos que permitam aos Caingangues obter, por si próprios, condições de uma vida livre e digna.

A nível mais imediato, cumpre à Funai promover o desarmamento das facções em litígio, e identificar e responsabilizar criminalmente os fornecedores de tais armas.

As administrações dos municípios da região devem exercer controle rigoroso sobre seus administrados para evitar a exploração dos índios pelo comércio local, como mão-de-obra barata e, fundamentalmente, realizar severa fiscalização no sentido de evitar os arrendamentos de áreas indígenas, segundo lhes ordena o artigo 2º da mesma lei 6.001.

Amanhã, às 14 horas, será realizada uma reunião no Plenarinho da Assembléia Legislativa, para a qual estão convidados o Conselho Indigenista Missionário, entidades ligadas aos direitos humanos, parlamentares, organismos governamentais, sindicatos e demais entidades profissionais. O objetivo desta reunião, coordenada pela ANAI-RS, como o apoio desta Presidência, é debater as formas de ação da sociedade civil em defesa dos direitos indígenas, particularmente em relação à área da Guarita".

Afogados dão prazo para STF resolver concessão de terras

As 54 famílias alojadas na Fazenda Anoni deram um prazo de 20 dias, a partir de hoje, ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, para que decida de uma vez por todas o longo processo sobre a posse da terra, que há 15 anos rola pelas instituições do Judiciário. E se dentro desses 20 dias não obtiverem a decisão do Supremo, vão arar as terras de qualquer forma, passando por cima da determinação do status quo, que há 15 anos proíbiu qualquer tentativa de expansão ou melhoria dos lotes concedidos pelo próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A determinação dos colonos, conhecidos como afogados porque tiveram suas terras alagadas pela barragem de Passo Real, foi comunicada ontem à tarde na Assembléia Legislativa pelo casal Antunes — Arnildo e Maria. Eles disseram ser insuportável permanecer tantos anos à marcê de uma decisão judicial, que na verdade não acaba mais: "Faz 15 anos que nós ouvimos todos os dias a Voz do Brasil, esperando por uma solução. Nossos filhos já cresceram, já casaram.

Temos netos. E ainda estamos esperando pela terra que nos foi prometida".

Arnildo e Maria Antunes contaram que a peregrinação dos afogados começou há 14 anos.

Ela era professora primária e ele agricultor em sua pequena propriedade, no interior do município de Espumoso. Plantava na terra de outros, para conseguir mais dinheiro. Era no sistema de meio a meio. Viviam contentes. E, na época, tinham cinco filhos. Certo dia, porém, funcionários da CEEE, chegaram na escola onde Maria lecionava. E acabaram com a tranqüilidade da professora, das crianças, que estudavam, e dos pais dos alunos. Secos, eles disseram: "A água vai chegar até aqui, (apontando para o teto), vai tapar a escola e a igreja. Vocês têm que se mandar".

ESPERA

A surpresa foi tão grande que ninguém acreditou. Acharam que era loucura. Como é que a água iria cobrir tudo? A igreja, a escola e a casa delas? Se perguntavam. Foram acalmados por funcionários do Incra que disseram que tudo iria sair bem, seriam transferidos para outras terras, teriam financiamento, comida, casa, escola e igreja.

Foi há quase 15 anos. Até hoje esperam pela promessa, segundo o depoimento do casal, que agora tem 11 filhos, o mais velho, casado, com 25 anos. O mais moço, que chegou na Fazenda Anoni com oito meses, está grande. Tem nove anos.

O casal contou que chegaram junto com outras 54 famílias à Fazenda Anoni, no que se chamou a segunda etapa de assentamento dos colonos desalojados pelas águas da barragem de Passo Real. Estão em um lote de 33 hectares. Mas só podem plantar em 12, por causa da determinação judicial, (o status quo), que impede qualquer modificação, iniciativa, melhoria ou avanço dentro do lote, obrigando cada família a permanecer em igual estado a que estavam quando foi impetrado e julgado este tipo de recurso jurídico.

O deputado Carlos Araújo (PDT), que visitou os colonos afogados na Fazenda Anoni, disse que, hoje, em Brasília, vai buscar informações a respeito do andamento do processo no Supremo Tribunal Federal. Mas acrescentou: "Ouvi falar que já existe uma decisão do processo.

Acontece que as indenizações que o Estado tem de dar à família Anoni são tão grandes, que se torna praticamente inexequível a sentença".

Os índios relembram o combate. E quem perdeu, clama por vingança

O repórter André Pereira acompanhou os acontecimentos posteriores do conflito entre os Caingangues em Miraguaí. Ele reconstituiu, com relatos, a violência do combate.

A índia Maria de Fátima ronda o fogo de chão, aceso na área coberta da casa do cacique Ivo Ribeiro Sales, distribuindo lágrimas e lamúrias. O cacique está rodeado pelos índios de seu estado-maior, nomeados pela hierarquia militar que os eleva a coronéis, majores, capitães e tenentes. A fumaça, retida na ambiente pelas paredes e teto da peça de madeira, provoca irritação nos olhos de todos. E pode-se chorar à vontade aqui, nesta tribo que convive com cinco mortos, depois do tiroteio da última quinta-feira, na reserva da Guarita.

O cacique Ivo, de São João do Irapuá, é o único que tranca a vingança no peito. Maria de Fátima repete que perdeu o pai, Sebastião Carvalho, na briga de quinta. Conta que foi o inimigo Amândio Ribeiro quem atirou no pai. E diz, com o testemunho de outros índios que estiveram na luta, que após os tiros os inimigos de Guarita mandaram um pelotão armado apenas com cassetetes, dispostos a acabar com a vida dos feridos. "Era uma judiaria", diz ela, aos prantos. "Matavam a paulada".

Ouvindo Maria de Fátima, os índios deixam a revolta fluir. Acusam nominalmente Amândio Ribeiro, Santo Joaquim, Gabriel Claudino, Roque Claudino, Oride Ribeiro, Wilson e Francisco Ribeiro, o mais odiado entre todos. Exbrigadiano, o índio conhecido por Chiquinho é acusado de ter organizado toda a estratégia bélica de Guarita. "Ele ficou atrás de um toco com uma Winchester, comandando o tiroteio, deu ordem para os primeiros tiros e espalhou os índios de tocaia pelas margens da estrada de Guarita", contam seus inimigos, surpresos com o fato de que, contando com 150 homens, não conseguissem vencer aos 60 índios de Domingos. Dizem que Chiquinho, que é mestiço, não sabe nem falar a linguagem caingangue e que não possui cargo militar na comunidade de Domingos. Mas participa das reuniões do estado-maior. E mais do que isso, decide o que o cacique deve fazer.

"O COVARDE RUI, CHEFE DO POSTO"

Os índios, reunidos em volta do fogo prometem vingança se as autoridades não tomarem providências nos próximos dias desta semana. Dizem que vão fazer justiça com as próprias mãos. Natálio Bento vai matar o tio, Sebastião Alfaiate Bento, que disparou contra seu primo, Sérgio Bento, matando-o, depois, com uma paulada. "Sei a janela de cada um, vai ser fácil matar uns três, numa só noite". sustenta Nat alio. Ao seu lado, Luiz Jacinto diz que gostaria de pegar Amândio Ribeiro, que durante a luta não poupava tiros, disparando com duas armas e exibindo uma cartucheira cheia de balas. Ao redor do fogo, castigados pela fumaça que desencadeia lágrimas e ouvindo a lamúria ritmada de Maria de Fátima, os índios destilam seu ódio, desfiando ameaças de morte.

O cacique é o único que culpa a Funai. Lembra que no último domingo, depois do incidente no qual seus índios foram agredidos quando tentaram reaver as criações de porcos e de galinhas do ex-capitão de Domingos, Santo Claudino, que bandeava-se para sua tribo, foi a Porto Alegre relatar o clima de guerra em que vivia Miraguaí. "O delegado Severino de Toni me pediu calma", narra o cacique. "Aí, como vi que ele não ia resolver logo, pedi para ele ligar para Brasília. O presidente da Funai não estava na chefia. Falei com um tal coronel Guarani, que não sei se é nome ou apelido, dizendo que a divisão da área não dava mais, que ia dar mortes. Pedi também para recolherem o covarde do chefe do posto da Funai na Guarita, o Rui Cotrim Guimarães, que é dominado pelos índios de Domingos. O tal de coronel só me disse que ia falar com o delegado para tomar providências. Então, culpada de tudo é a Funai que demorou muito para ver o problema".

"OUVIA SEM ENTENDER BULUFAS"

Ivo falou, segunda-feira, com o delegado De Toni. Na quarta-feira, quando crescia o clima de revolta entre as duas reservas, o outro cacique, Domingos, partiu para Porto Alegre em busca da intervenção da Funai. Ivo ficou sabendo que Domingos estava na capital queixando-se para De Toni, que sempre mostrou especial predileção pelo cacique de Guarita. Ligou para Porto Alegre, e interrompeu a reunião. Primeiro, falou com Domingos, exortando-o a castigar os índios que haviam agredido os seus, no último domingo. "Eu executo os meus, você executa os seus", teria dito Ivo a Domingos, ao manter um diálogo em caingangue que o delegado De Toni "ouvia sem compreender bulufas", como revelou ontem.

Na noite de quarta-feira, um dia antes da batalha, os índios de Ivo foram "pesquisar a divisa" nos limites da reserva de São João com a Guarita, para observar as aberturas que os índios de Domingos vinham fazendo nas matas, desde a divisão desta área de 23 mil hectares, em janeiro último. Luiz Jacinto e Natálio Bento, que comandavam este estranho grupo de observação noturna, contam que viram os índios de Domingos, tripulando dois carros, invadirem os domínios de São João. "Eles estavam nos provocando e deixaram claro que iriam invadir a área", afirma Bento, explicando também que os índios não estavam se acertando na questão das divisas impostas pela divisão da reserva, discutindo por metros a menos, ou a mais, das matas.

"VAMOS ENFORCAR OS TRÊS"

Na manhã de quinta-feira, segundo a versão mais aproximada da realidade, eliminando exageros dos dois lados, os índios de Ivo Ribeiro Sales lotaram três caminhões dispostos a vencer os 10 quilômetros de distância que separa São João de Tronqueiras, o distrito onde está a sede do Posto Indígena da Guarita. Iam armados, exibindo cassetetes que os habitantes de Miraguaí, por onde cruzaram por volta das 8 horas, viram com apreensão. Ao chegar em Tronqueiras, postaram-se na estrada de acesso ao Posto da Guarita. José Pinto, um índio que após o combate, passou para as fileiras de Domingos, contando que por morar bem na divisa, foi obrigado a integrar o grupo que ia lutar, diz que ouvia comentários antes da batalha, quando os indígenas se mostravam dispostos a descarregar seu ódio no cacique Domingos, em Chiquinho Ribeiro e no chefe do posto, Rui Guimarães. "Vamos enforcar os três", repetiam os índios, nos longos momentos que antecederam à batalha.

Logo depois do meio-dia, comandados por Laurindo Emilio, major de Ivo (que não compareceu ao combate) resolveram invadir a reserva. Decidiram mandar uma ala de velhos diante do grupo maior, como um escudo de respeito. O velho Gumercindo Sales, pai do cacique Ivo, conta que levantaram os braços e fizeram o sinal de paz. "A gente só queria conversar", jura o velho. Ao encontro do major Laurindo Emilio, veio o coronel José Claudino desarmado, representando Domingos.

É aqui que as versões se desencontram. José Claudino diz que quando foi apertar a mão de Laurindo, o viu sacar um revólver com qual o major de Ivo disparou dois tiros contra ele, errando o alvo, à queima roupa. Laurindo, negando a atitude, diz que levou uma pedrada quando ia começar a dialogar com os representantes de Domingos.

O certo é que tudo começou neste momento, ao meio-dia mais 15 minutos, na Guarita. Os índios de Ivo, quando questionados sobre o elevado número de 160 índios que levaram, para "apenas conversar", alegam que seria "uma reunião geral". Mas não explicam como seria possível uma reunião geral sem seu cacique.

E certo também, como contou depois o capitão da Guarita, Dorvalino Carvalho, na cama de hospital em Tenente Portela, que os índios de Domingos, espalharam-se estrategicamente à beira da estrada de acesso à reserva protegendo-se em tocos de árvores de onde puderam alvejar com facilidade o grupo invasor.

Ao final da rápida batalha, encerrada com a fuga dos índios de Ivo Sales, quatro mortos marcavam o campo de luta e outros feridos gemiam, contorcendo-se na terra. Alguns como Jorge Amaral, de 17 anos, com a cabeça aberta por uma paulada fugiram para o mato deixando um rastro de sangue na reserva da Guarita.

"CONVERSEI E ELES RECUARAM"

Em Porto Alegre, ao ser avisado que o sangue tingia a terra indígena, o delegado De Toni abalou-se com a violência desencadeada entre os próprios caingangues. No dia seguinte, chegou a Miraguaí, encontrou-se com o prefeito Jorge Porolnick dos Santos e com o coronel Carlos Henrique Bressan, comandante da Brigada Militar de Três Passos. Ouvir agentes da Polícia Federal e viu Domingos Ribeiro chorar, relatando a batalha onde morreram "seus irmãos". Vicente Fongue já era contabilizado como o quinto morto, pois falecera no hospital em Santo Ângelo. Só à noite, conseguiu descobrir o paradeiro do desaparecido cacique Ivo Sales. No sábado, pela manhã, escondeu-se na casa do prefeito Lucio Motta, em Tenente Portela, promovendo uma reunião secreta com os prefeitos da reunião.

Anotou subsídios para o dossiê especial a ser enviado ao presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, pedindo a intervenção federal na área.

Ficou sabendo que os índios de Ivo prometiam vingança, mas encarou as promessas de morte com incrível desprezo. "Há algum tempo, eles me ligaram, exigindo um avião em Miraguaí, em duas horas, senão botariam fogo no posto", revelou ele, justificando o descrédito nas pretensões indígenas. "Outra vez, prenderam o chefe do posto, exigindo que, no mesmo dia, representantes da Funai, de Brasília, chegassem na reserva. Conversei e eles recuaram, soltando o chefe".

"A MINORIA CORROMPIDA QUE DOMINA"

Desiludiu os prefeitos da região limítie com a reserva, Jorge, prefeito de Miraguaí, sugeriu que viessem a Porto Alegre, redigir um documento, exigindo a intervenção imediata na área. "O delegado não tem força para decidir nada com rapidez e eficiência", disse ele, aproveitando para reivindicar o fim do cargo de caciques entre os índios e a legalização dos arrendamentos que incidem sobre 80% das terras indígenas, passando para a Funai, a comercialização das terras e da madeira, na esperança de dobrar seu retorno de ICM, calculado em cr$ 156 milhões.

Desiludiu, igualmente, o presidente da Anai, Julio Gaiger, que acusou a Funai de incompetência, "total e completa", nos episódios da Guarita, além de pedir que o órgão cumprisse a lei, expulsando os brancos arrendatários da reserva. "O arrendamento é ilegal. Por que a Funai não termina com esse problema que origina tudo, ao corromper a minoria que domina os índios?" indagou Gaiger, incisivo, diante de De Toni. "Por que, em vez de agir com violência, como costuma agir em outros estados, a Funai não age com força e decisão aqui na Guarita, desarmando os índios e declarando o fim dos arrendamentos?"

UM NOVO MAJOR CURIÓ NOS PAMPAS

Severino De Toni preferiu imaginar que a intervenção federal se dará a exemplo do que ocorreu em Ronda Alta quando alguém, designado pelo próprio presidente da República, como sucedeu com o famoso major Sebastião Curió, assumirá o comando das duas áreas. Disse que não esperava mais incidentes na região porque a Brigada de Três Passos colocou 15 homens armados em cada rererva. E, quando foi questionado a respeito das aspirações dos índios de São João, que se negam a negociar sua vingança, enquanto não forem punidos e expulsos os assassinos de seus parentes, De Toni, apenas, aludiu ao inquérito instalado pela Polícia Federal. Um repórter de um jornal paulista, diante da passiva inspotência do delegado, não conseguiu evitar um comentário pessoal. "O senhor me desculpe, mas que inoperância!", desabafou o jornalista. E De Toni respondeu, simplesmente, que "não é fácil lidar com a problemática indigenista".

Alheios à interpretação do delegado, em São João, os índios continuavam em círculos diante do fogo, deixando que a fumaça disfarçasse o choro que podia diminuir suas dores, mas não acabava com o desejo de vingança.

Foto de Marcos Fernandes

A facção do cacique Ivo Ribeiro foi derrotada. Agora ela quer punição para quem cometeu as mortes